

Os riscos da renegociação plurianual

O atual governo deveria limitar-se a renegociar a dívida vencível em 1985, assegurando a entrada de US\$ 2 a 4 bilhões em dinheiro novo no próximo ano, em vez de tentar um acordo plurianual, sem a entrada deste dinheiro. Deve também agir com a máxima cautela para impedir que haja uma queda das reservas externas, como consequência da liberalização das importações, o que reduziria o poder de barganha junto aos credores. A advertência consta da "Carta do Ibre" (Instituto Brasileiro de Economia), editorial do número de outubro da revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, do Rio.

O editorial salienta que o próximo governo poderá "sentir-se cercado dentro dos termos de um acordo plurianual acertado pelo atual governo, podendo surgir a hipótese de um desacordo". No mesmo sentido, adverte contra o "otimismo excessivo" quanto às reais possibilidades de desempenho das contas externas do Brasil em 1985. "Poderia-se restabelecer uma situação de vulnerabilidade que é insatisfatória para todas as partes envolvidas na questão da dívida externa brasileira": na eventualidade de o Brasil não contar com recursos novos para 1985, uma nova alta de juros poderia reduzir a margem de

manobra do País para negociações externas e afetar o seu balanço de pagamentos.

O Ibre considera fundamental analisar todas as implicações dos resultados da política de comércio exterior desenvolvida este ano, a fim de evitar o "excessivo otimismo" das autoridades em relação à falta de necessidade do ingresso de "dinheiro novo" para 1985. Acredita que, no próximo ano, não estarão presentes diversos fatores que em 1984 contribuíram para a expansão das exportações, como o crescimento da economia dos EUA, a depressão do mercado interno e os efeitos defasados da maxidesvalorização do cruzeiro em 1983.

"A mera manutenção da atual política cambial realista, de desvalorizações equivalentes à taxa de inflação, não será suficiente para garantir em 1985 um desempenho das exportações semelhante ao de 1984." As próprias autoridades estão para 1984 taxa de crescimento das exportações de apenas 5% o que, diante de uma recuperação das importações, resultaria em saldo comercial inferior ao registrado este ano.

Para a Fundação Getúlio Vargas, a entrada de dinheiro novo no País, em 1985, "facilitaria a administração do balanço de pagamen-

tos, preservando a margem de manobra da nova administração".

Cuidado com as reservas

Se o Brasil não contar no próximo ano com novos empréstimos dos bancos credores, haverá perda substancial de reservas, "tendência que o FMI e até mesmo os banqueiros não achariam necessariamente desejável". O próprio FMI não veria favoravelmente a ausência dos bancos comerciais no aporte de recursos em 1985.

— Por mais que existam dúvidas entre os bancos, especialmente em decorrência de uma incompreensão dos efeitos da indexação, quanto ao grau real de aperto da política monetária e da política fiscal, tais instituições teriam certamente a ganhar com um aporte de novos fundos que pudesse levar, já em 1985, a uma renegociação de caráter mais duradouro — enfatiza o Ibre.

— A "carta do Ibre" analisa também os principais itens da última carta de intenções ao FMI, alertando que política de liberalização de importações não pode gerar uma queima excessiva de divisas, pois isso se refletiria no enfraquecimento da posição de barganha nas futuras negociações com os credores internacionais.